

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Quatipuru**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Quatipuru (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza no município de Quatipuru oscilou com intensidade considerável. Em 2019, o percentual era de 57,5%, ligeiramente reduzido para 56,4% em 2020. No entanto, em 2021 houve um aumento para 58,9%, culminando em um pico expressivo de 82,7% em 2022 maior valor no período analisado. Essa elevação acentuada foi revertida em 2023, quando a taxa caiu para 58,1%, retornando a patamares similares aos de 2019. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o comportamento foi semelhante, partindo de 53,2%

em 2019, caindo para 51,9% em 2020, subindo para 52,9% em 2021 e alcançando 70,7% em 2022, antes de recuar para 53,7% em 2023 (Gráfico 1).

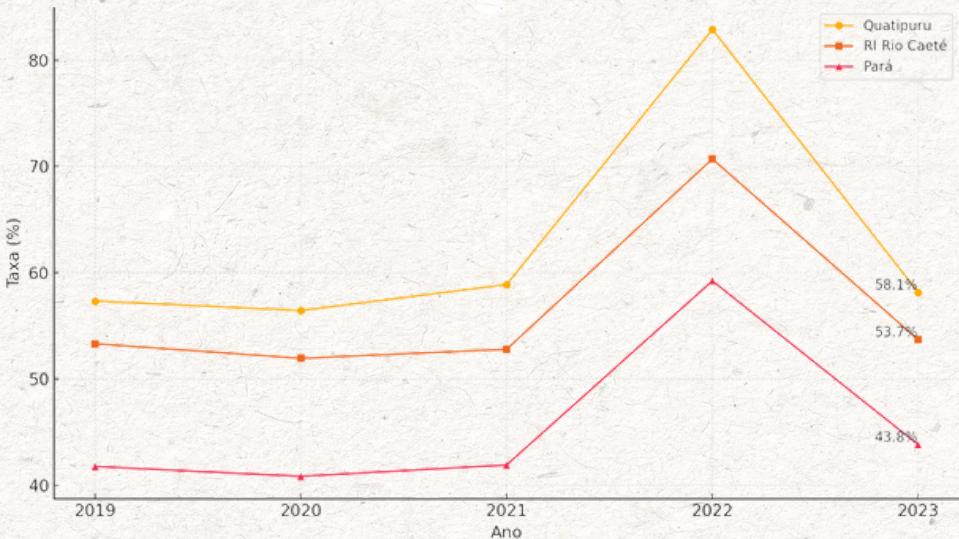
Já no estado do Pará, a taxa de pobreza também apresentou um movimento de alta e recuo, embora com menor amplitude. O indicador partiu de 42,0% em 2019 e caiu ligeiramente para 40,9% em 2020, subindo para 42,1% em 2021. O pico ocorreu em 2022, com 58,8%, seguido de uma queda expressiva para 43,8% em 2023. Nota-se que, tanto em Quatipuru quanto na RI Rio Caeté e no estado do Pará, o





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

ano de 2022 foi marcado pelo maior índice de pobreza, possivelmente refletindo efeitos econômicos e sociais adversos acumulados no contexto pós-pandêmico (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

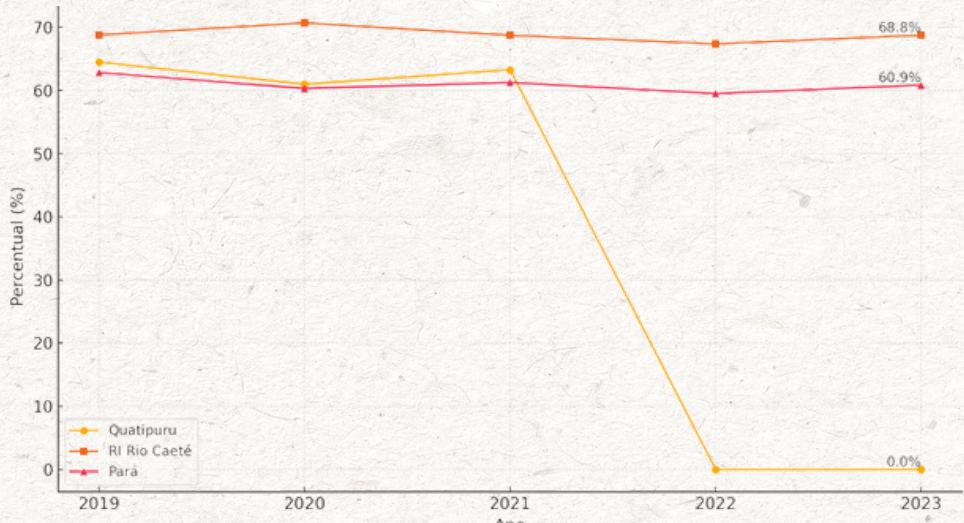
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Quatipuru, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais apresentou estabilidade entre 2019 (64,5%) e 2021 (63,1%), com pequena variação negativa em 2020 (61,3%). No entanto, a partir de 2022 observou-se um colapso completo do indicador, que caiu para 0,0% e permaneceu nesse patamar em 2023. Tal queda abrupta indica uma interrupção ou ausência de registro contábil dessas despesas, o que pode estar relacionado a mudanças na estrutura orçamentária, falhas de execução ou inconsistências na base de dados (Gráfico 2).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador manteve-se elevado e estável durante o período, oscilando entre 67,9% em 2020 e 70,5% em 2021, encerrando 2023 com 68,8%. O mesmo padrão de estabilidade foi observado no estado do Pará, que partiu de 64,2% em 2019, passou por uma leve redução até atingir 59,4% em 2022, e subiu para 60,9% em 2023. O contraste entre a trajetória estável da RI e do estado com o colapso total no município de Quatipuru em 2022 e 2023 evidencia uma anomalia significativa no nível local, que merece atenção e investigação específica (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Quatipuru, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou o período em 2019 com um índice de 9,2%, apresentando queda expressiva nos dois anos seguintes: 6,7% em 2020 e 6,2% em 2021. No entanto, em 2022 houve um pico, retornando aos 9,2%, antes de registrar nova redução em 2023, alcançando 6,0%. Esse comportamento revela forte oscilação do indicador, possivelmente associada a variações no acesso e na qualidade da atenção pré-natal, bem como em fatores socioeconômicos locais. A instabilidade no dado sugere a necessidade de mo-

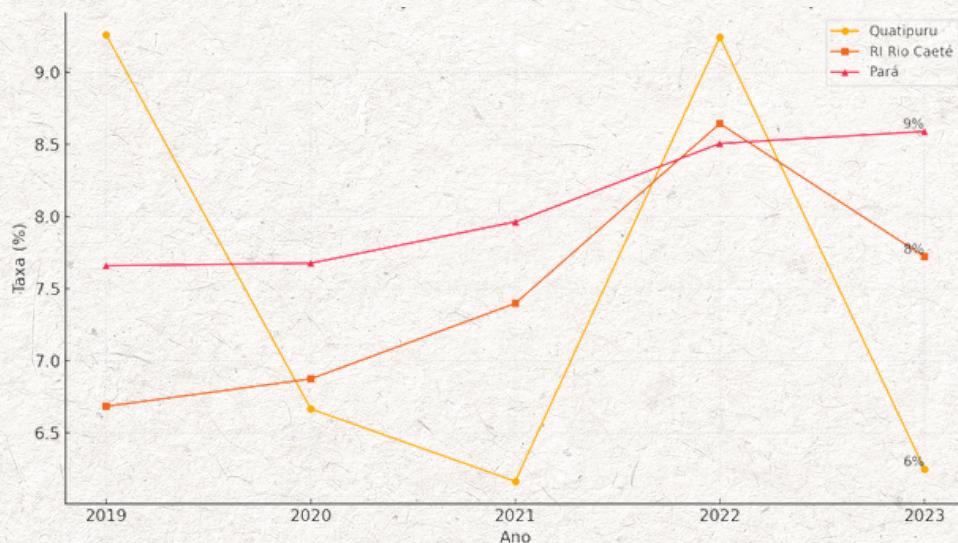
nitoramento mais consistente da saúde materno-infantil no município (Gráfico 3).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou crescimento contínuo entre 2019 (6,7%) e 2022 (8,6%), com leve queda em 2023 para 8,0%. No estado do Pará, a tendência foi de crescimento gradual, com a taxa partindo de 7,7% em 2019 e alcançando 9,0% em 2023. O comportamento nos níveis regional e estadual é mais estável em comparação ao município, refletindo médias mais suavizadas e menos sujeitas a oscilações abruptas. Apesar disso, a tendência

de aumento progressivo em níveis mais amplos sugere uma preocupação persistente com determinantes da saúde neonatal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

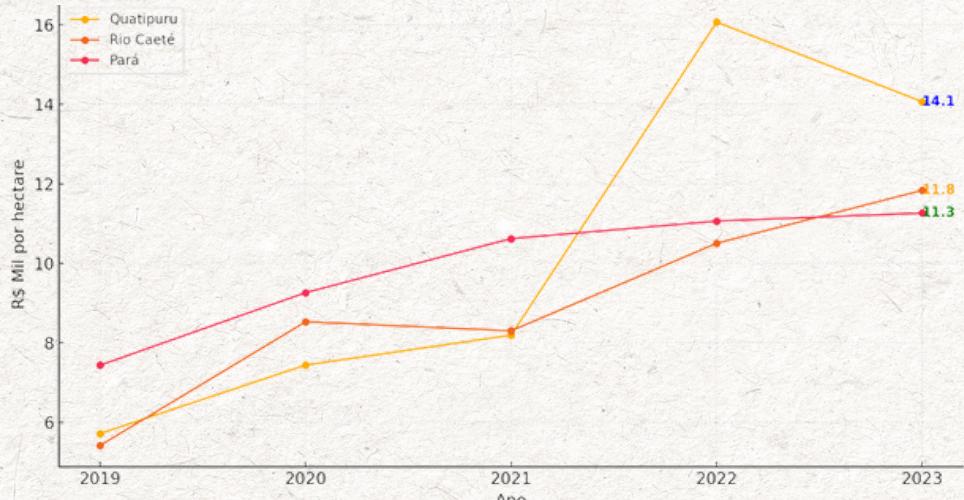


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Quatipuru apresentou crescimento notável na produtividade agrícola ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 5,6 mil por hectare, subindo para R\$ 7,4 mil em 2020 e R\$ 8,2 mil em 2021. O salto mais expressivo ocorreu em 2022, quando a produtividade atingiu R\$ 16 mil por hectare, mais que o dobro do ano anterior, embora tenha recuado levemente para R\$ 14,1 mil em 2023. Ainda assim, o município encerra o período com um desempenho significativamente superior ao de 2019. Esse aumento pode estar relacionado à adoção de tecnologias, intensificação da produção ou expansão de culturas mais rentáveis (Gráfico 4).

Na Região de Integração Rio Caeté, a produtividade também cresceu, saindo de R\$ 5,4 mil em 2019 para R\$ 11,8 mil em 2023, com destaque para a estabilidade entre 2020 (R\$ 8,5 mil) e 2021 (R\$ 8,3 mil), seguida por crescimento nos dois anos finais. No estado do Pará, o crescimento foi constante e mais gradual, passando de R\$ 7,5 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023. Assim, embora o desempenho de Quatipuru tenha superado tanto a média regional quanto estadual nos anos finais, o padrão estadual indica um avanço contínuo e menos volátil, o que pode sugerir maior sustentabilidade e menor dependência de flutuações pontuais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

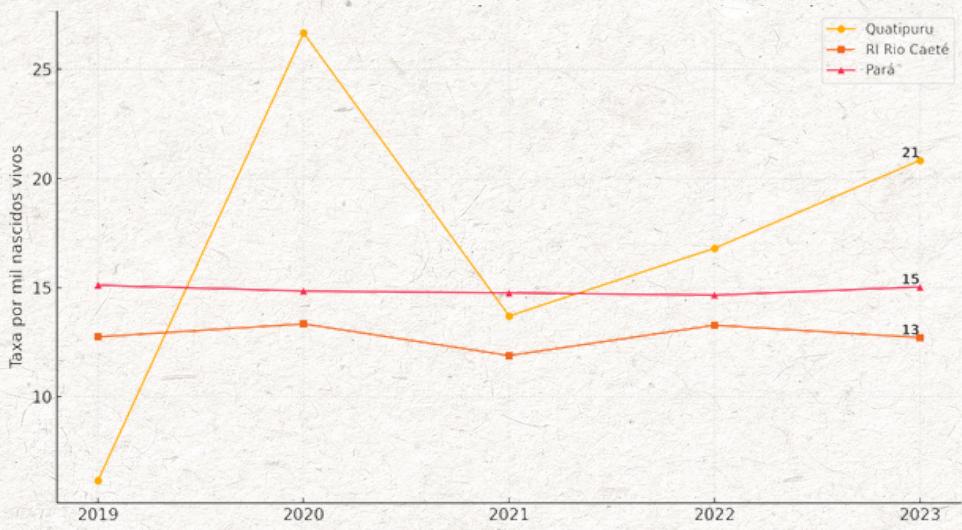
No município de Quatipuru, a taxa de mortalidade infantil apresentou variações expressivas ao longo do período. Em 2019, o índice era de 6,5 por mil nascidos vivos, subindo de forma abrupta para 26,6 em 2020 o maior valor do quinquênio. Essa elevação foi sucedida por uma queda significativa para 13,8 em 2021, seguida por novas elevações nos dois anos seguintes: 16,8 em 2022 e 21,0 em 2023. Apesar das oscilações, observa-se que a taxa de 2023 permanece mais que o triplo da registrada em 2019, indicando um agravamento geral na mortalidade infantil ao longo do período (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa mostrou-se mais estável. Em 2019, era de 12,9, subindo levemente para 13,4 em 2020, caindo para 12,0 em 2021, retornando a 13,3 em 2022 e recuando para 12,7 em 2023. Já o estado do Pará apresentou pouca variação: partindo de 15,2 em 2019, a taxa oscilou levemente, atingindo o mínimo de 14,5 em 2022 e fechando 2023 com 15,0. Esse padrão mais estável nas esferas regional e estadual contrasta com a volatilidade verificada em Quatipuru, sugerindo que fatores locais, como fragilidade na atenção básica à saúde e vulnerabilidades socioeconômicas específicas, podem estar impactando negativamente os desfechos infantis (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

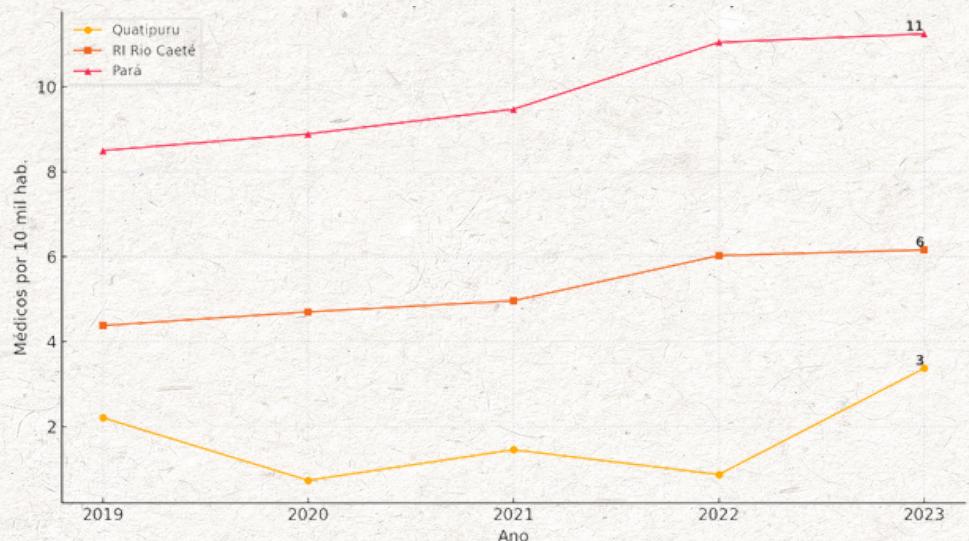
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Quatipuru, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou um nível persistentemente baixo no período analisado, ainda que com alguma melhora recente. Em 2019, o município contava com 2,2 médicos por 10 mil habitantes, número que caiu para apenas 0,7 em 2020. Nos anos seguintes, observou-se uma lenta recuperação: 1,5 em 2021, 0,9 em 2022, até alcançar 3,0 em 2023 o maior valor do período. Ainda assim, esse número permanece bastante inferior aos padrões recomendados e à média estadual, revelando um desafio importante na oferta de serviços médicos à população local (Gráfico 6).

Na RI Rio Caeté, o indicador manteve-se em crescimento contínuo, saindo de 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 6,1 em 2023. Já no estado do Pará, houve avanço mais expressivo, passando de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023. Esses dados indicam que, enquanto o estado e a região ampliaram de forma consistente sua capacidade médica, Quatipuru permanece aquém, especialmente entre 2020 e 2022. Tal discrepância pode contribuir para os altos níveis de mortalidade infantil observados no município, evidenciando uma correlação entre a baixa cobertura médica e os piores indicadores de saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Quatipuru, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou oscilação significativa no período. Em 2019, o município registrava 224,9 vagas, valor que caiu para 205,7 em 2020. Nos anos seguintes, houve um crescimento até atingir o pico de 254,7 em 2022 o maior entre os três recortes territoriais analisados. No entanto, em 2023, observou-se uma queda acentuada para 204,9 vagas por mil habitantes, retornando a um nível próximo ao de 2020. Essa variação pode estar associada à flutuação demográfica, reorganizações na rede escolar ou políticas locais de ampliação e posterior contenção de matrículas (Gráfico 7).

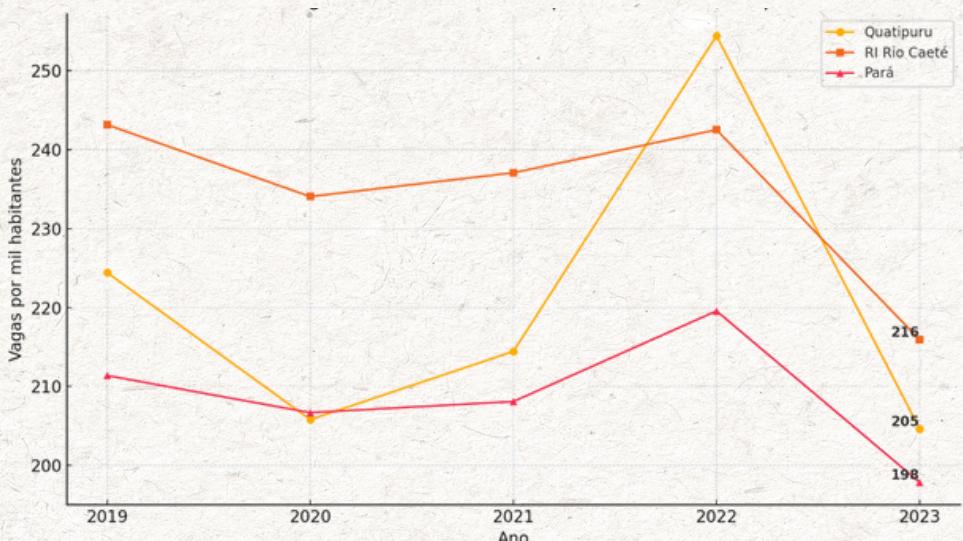
Na Região de Integração Rio

Caeté, o indicador também oscilou, mas de forma menos acentuada. Em 2019, havia 243,8 vagas por mil habitantes, com queda para 234,4 em 2020, seguida de leves incrementos até alcançar 243,0 em 2022. Em 2023, houve uma redução para 215,9. Já o estado do Pará apresentou os menores valores ao longo de todo o período, partindo de 211,3 em 2019, caindo para 206,1 em 2020 e alcançando o máximo de 219,1 em 2022, antes de cair para 198,2 em 2023. Os dados demonstram que, embora Quatipuru tenha se destacado positivamente em 2022, o padrão geral indica uma retração recente na oferta proporcional de vagas na educação pública (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 205 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

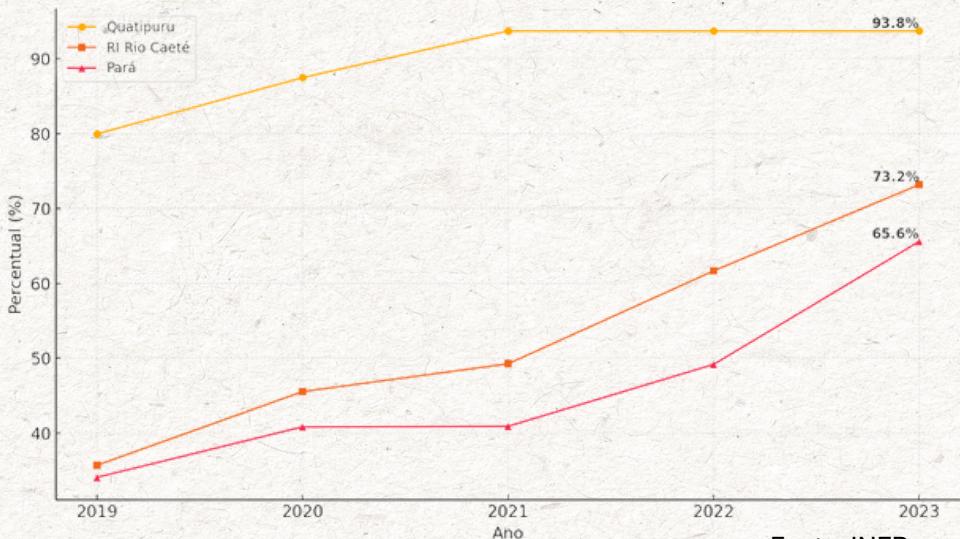
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Quatipuru apresentou um desempenho expressivamente superior em relação ao acesso à internet nas escolas. Em 2019, o município já registrava 80,0% das unidades com acesso, valor que cresceu para 87,7% em 2020 e atingiu 93,8% em 2021, patamar que foi mantido em 2022 e 2023. Isso demonstra uma antecipação e consolidação da conectividade escolar, sobretudo se comparado com os demais recortes territoriais. Essa ampla cobertura pode ter sido estratégica durante e após a pandemia de COVID-19, favorecendo a adoção de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem (Gráfico 8).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador partiu de 36,3% em 2019 e evoluiu de forma contínua, atingindo 45,4% em 2020, 49,3% em 2021, 61,8% em 2022 e 73,2% em 2023. Já no estado do Pará, o avanço foi igualmente progressivo, passando de 33,8% em 2019 para 65,6% em 2023. Embora ambas as esferas tenham apresentado crescimento consistente, Quatipuru manteve-se à frente em todos os anos, consolidando-se como uma referência em infraestrutura digital escolar. Essa diferença destaca a importância de políticas locais voltadas à inovação educacional e à inclusão digital como fatores estratégicos de desenvolvimento (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



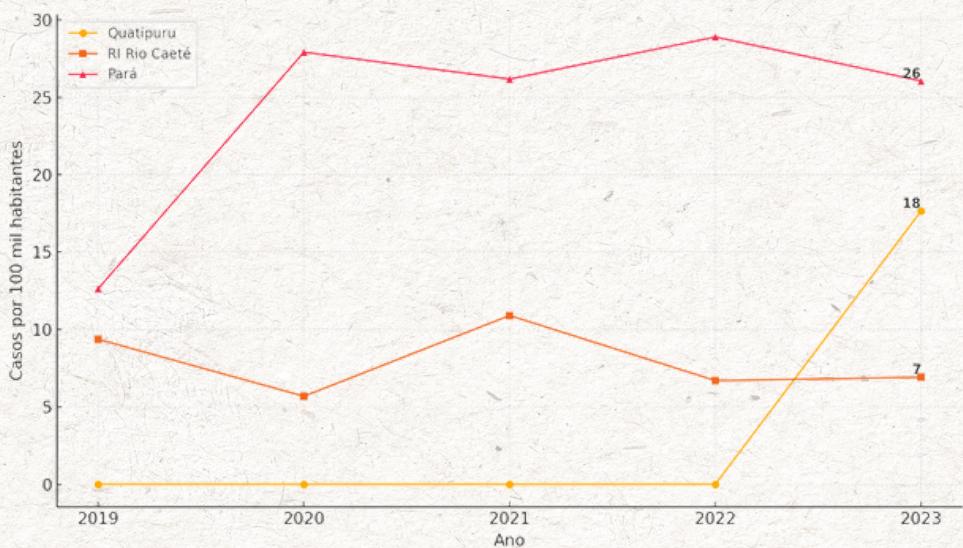
Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Quatipuru, os registros de violência contra a mulher por parceiros apresentaram um padrão preocupante em 2023. De 2019 a 2022, o município não registrou dados ou os valores foram nulos ou não informados, mantendo-se com 0 casos por 100 mil habitantes nesse intervalo. Contudo, em 2023 houve um salto expressivo, com a taxa atingindo 18 casos por 100 mil habitantes. Esse aumento repentino pode estar relacionado à maior visibilidade e denúncia dos casos, melhorias nos mecanismos de registro, ou de fato um crescimento nas ocorrências de violência, exigindo atenção imediata das autoridades locais (Gráfico 9).



Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador oscilou de forma moderada. Em 2019, foram 9,4 casos por 100 mil habitantes, caindo para 5,8 em 2020. Em 2021, houve aumento para 10,9, seguido por leve queda para 6,7 em 2022 e estabilidade em 2023, mantendo os 6,7 casos. Já no estado do Pará, a taxa apresentou crescimento expressivo, partindo de 12,7 em 2019, subindo para 28,0 em 2020, oscilando levemente nos anos seguintes – 26,2 em 2021, 29,0 em 2022 – e caindo para 26,0 em 2023. A tendência estadual aponta para uma violência persistente e de alta magnitude, ainda que em Quatipuru os registros mais recentes revelem um avanço novo e repentino desse tipo de violência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

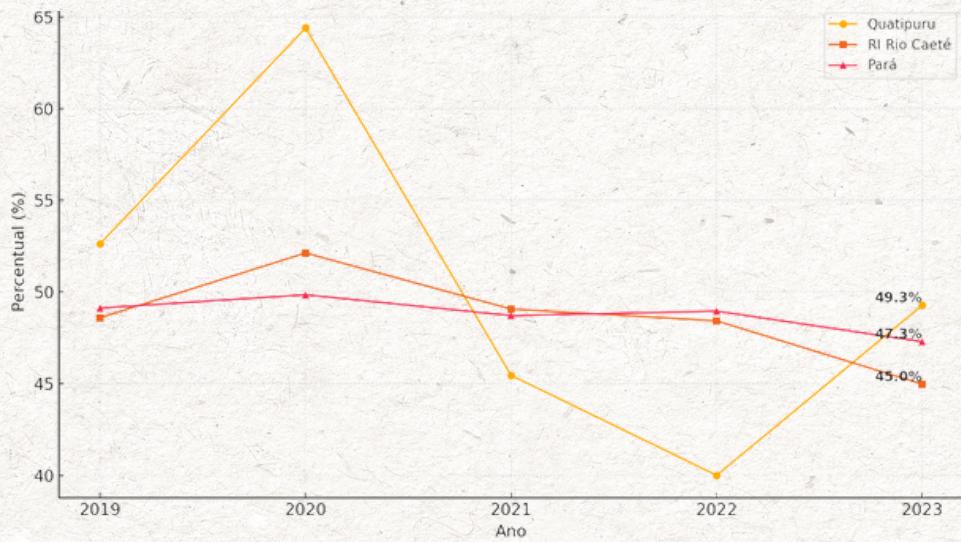
Em Quatipuru, a ocupação de cargos gerenciais por mulheres apresentou grande oscilação ao longo do período. Em 2019, o percentual era de 52,7%, atingindo um pico expressivo de 64,2% em 2020. No entanto, nos dois anos seguintes houve quedas significativas: para 45,4% em 2021 e, posteriormente, para o menor valor da série, 40,0% em 2022. Em 2023, houve uma recuperação parcial, alcançando 49,3%. Ainda que o dado final do período seja positivo em relação ao início, a trajetória revela instabilidade e possível fragilidade nas políticas de manutenção da equidade de gênero em posições de liderança no município (Gráfico 10).





Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador manteve-se relativamente estável, com leve aumento de 48,6% em 2019 para 52,0% em 2020, seguido de quedas moderadas: 49,0% em 2021, 48,5% em 2022 e 45,0% em 2023. No estado do Pará, a variação também foi suave, partindo de 49,0% em 2019, com o ponto mais alto em 2020 (49,8%) e uma leve queda até 2023, encerrando em 47,3%. O comportamento regional e estadual demonstra uma maior consistência na presença feminina em cargos de direção, enquanto a realidade de Quatipuru sugere forte volatilidade, o que pode indicar a ausência de políticas institucionais permanentes voltadas à igualdade de gênero (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Quatipuru, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou variação mínima ao longo dos cinco anos analisados, mantendo-se em níveis extremamente baixos. Em 2019, o índice era de 0,8%, subindo para 0,9% em 2020, retornando a 0,8% em 2021, e mantendo-se estável até 2023. Esse cenário revela uma estagnação crítica nos serviços de saneamento para os grupos mais vulneráveis do município, apontando para uma carência estrutural de políticas públicas eficazes no setor (Gráfico 11).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores também foram bastante reduzidos, mas com leve crescimento: de 1,1% em 2019 para 1,3% em 2023. No estado do Pará, por outro lado, houve progressão significativa. O percentual saltou de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com incrementos consecutivos ano a ano. A diferença entre o município e o nível estadual evidencia desigualdades regionais na universalização do saneamento básico, sendo que Quatipuru permanece significativamente abaixo da média estadual, o que pode impactar negativamente indíviduos de saúde e qualidade de vida (Gráfico 11).

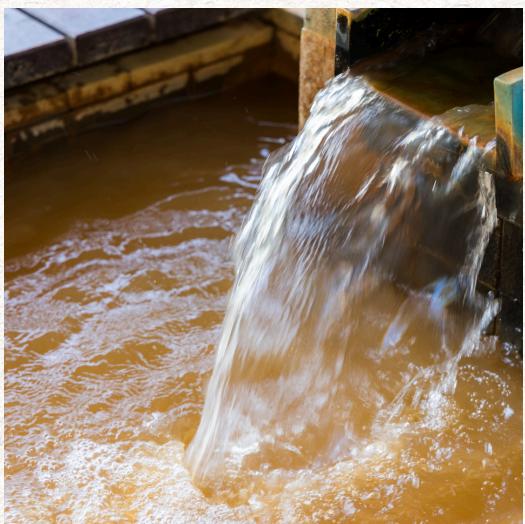
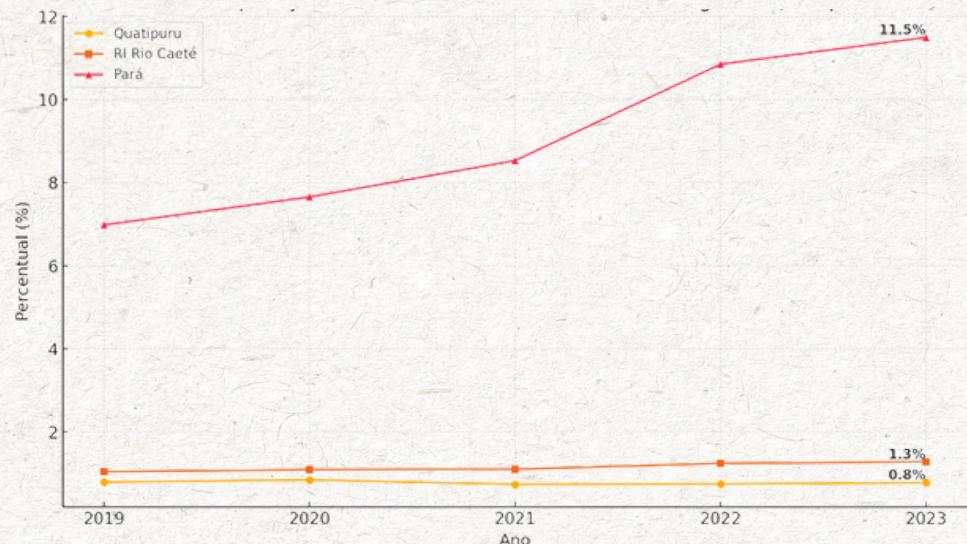




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Quatipuru foi extremamente instável entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 5,8 por habitante, caindo para R\$ 3,46 em 2020. Em 2021, houve um pico de R\$ 37,71 o maior do período, mas em 2022 e 2023 o município registrou gasto zero. Essa descontinuidade reflete uma possível ausência de investimentos regulares no setor, o que pode explicar a baixa cobertura de esgotamento sanitário observada, especialmente para populações de baixa renda (Gráfico 12).

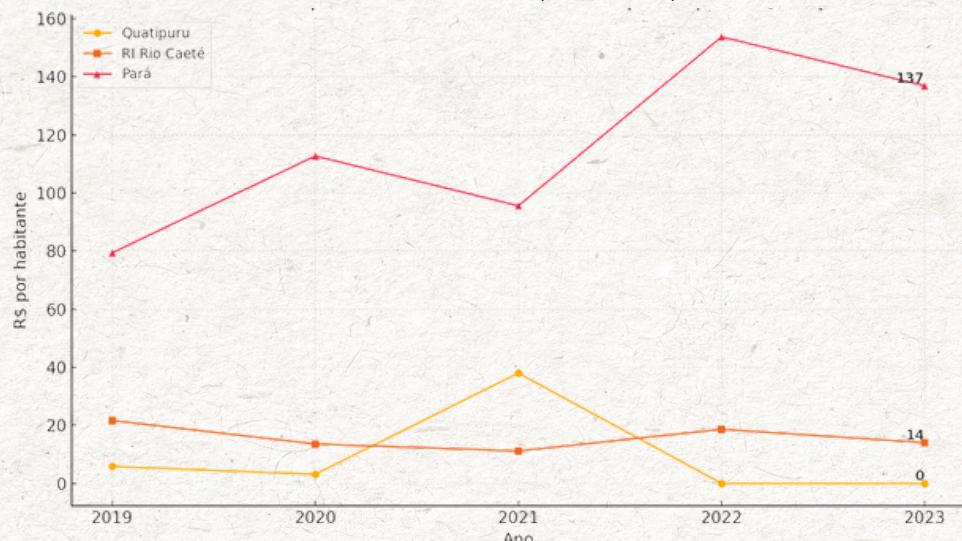
Na Região de Integração Rio Caeté, os valores mantiveram-

se relativamente baixos, variando de R\$ 21,4 em 2019 para R\$ 14,1 em 2023, com o menor valor registrado em 2021 (R\$ 11,9). Já o estado do Pará apresentou valores consideravelmente mais altos: partindo de R\$ 79,4 em 2019, alcançando o pico de R\$ 153,7 em 2022 e encerrando 2023 com R\$ 137,1 por habitante. Essa discrepância revela que Quatipuru se encontra em um cenário de forte subfinanciamento no saneamento, distanciando-se das médias regionais e estaduais, o que compromete os avanços necessários em infraestrutura básica e saúde pública (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

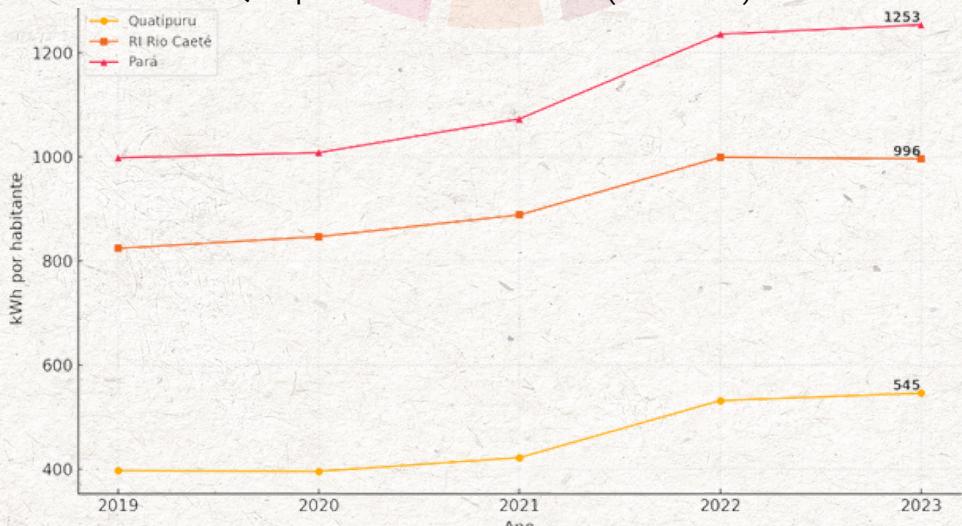
No município de Quatipuru, o consumo de energia elétrica per capita evoluiu positivamente entre 2019 e 2023, ainda que em patamar inferior aos demais recortes territoriais. Em 2019, o consumo era de 392 kWh/hab., apresentando pequena queda em 2020 para 389 kWh/hab. A partir de 2021, observou-se crescimento contínuo, alcançando 419 kWh/hab., 529 kWh/hab. em 2022 e 545 kWh/hab. em 2023. Ainda que esse crescimento indique melhora no acesso à energia e maior utilização por habitante, o consumo em Qu-



tipuru em 2023 ainda representa menos da metade do registrado no estado (Gráfico 13).

Na Região de Integração Rio Caeté, o consumo partiu de 829 kWh/hab. em 2019 e aumentou de forma gradual até 996 kWh/hab. em 2022, permanecendo nesse patamar em 2023. Já o estado do Pará iniciou o período com 999 kWh/hab. em 2019 e apresentou crescimento expressivo, atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse padrão ascendente revela uma intensificação no uso de energia no estado, em consonância com avanços em infraestrutura e aumento da demanda. O contraste entre o estado e o município evidencia a necessidade de políticas voltadas à equidade energética e expansão da rede em localidades com menor consumo médio (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 545 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

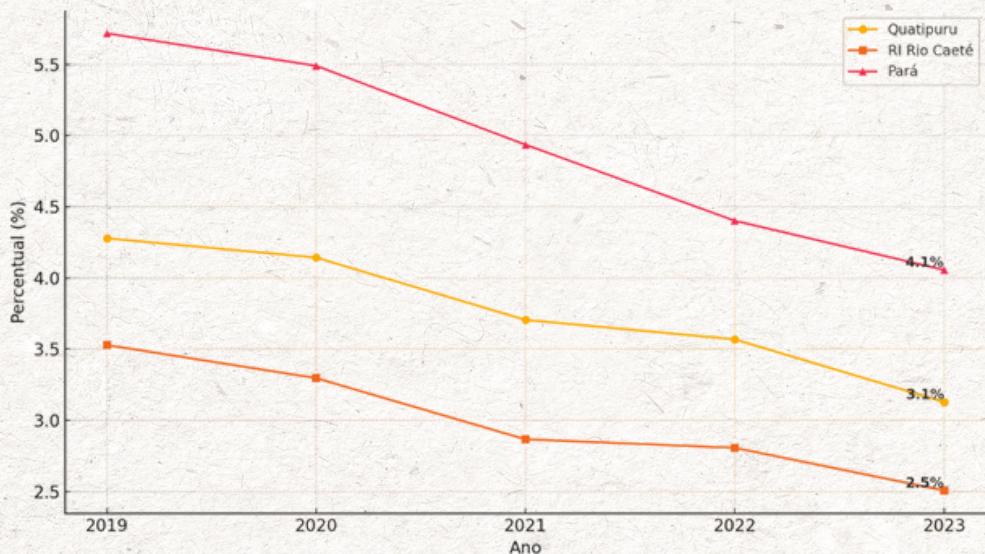
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Quatipuru apresentou uma redução contínua no uso de fontes fósseis de iluminação entre os domicílios de baixa renda. Em 2019, o percentual era de 4,3%, caindo para 4,2% em 2020, 3,7% em 2021, 3,6% em 2022 e atingindo 3,1% em 2023. Esse declínio, embora gradual, sinaliza progresso na substituição de fontes poluentes e ineficientes por energia elétrica regular, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade no município (Gráfico 14).



Na RI Rio Caeté, a trajetória foi semelhante, iniciando com 3,5% em 2019 e diminuindo para 2,5% em 2023. Já no estado do Pará, a taxa começou mais alta, em 5,7% em 2019, e caiu progressivamente até atingir 4,1% em 2023. Apesar das quedas registradas em todos os recortes, os níveis estaduais permanecem acima dos municipais e regionais, sugerindo que os esforços de universalização da energia elétrica têm sido mais efetivos em áreas localizadas, como Quatipuru, do que na média do estado. Esse dado também reforça a importância de políticas focalizadas para eliminar o uso de iluminação precária em todo o território paraense (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

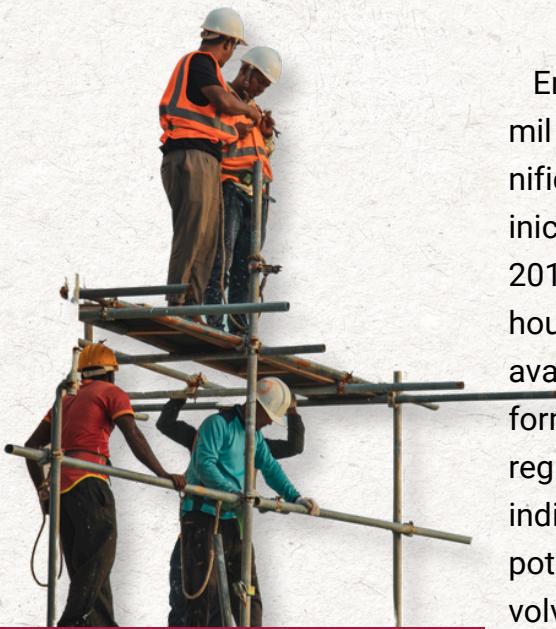


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

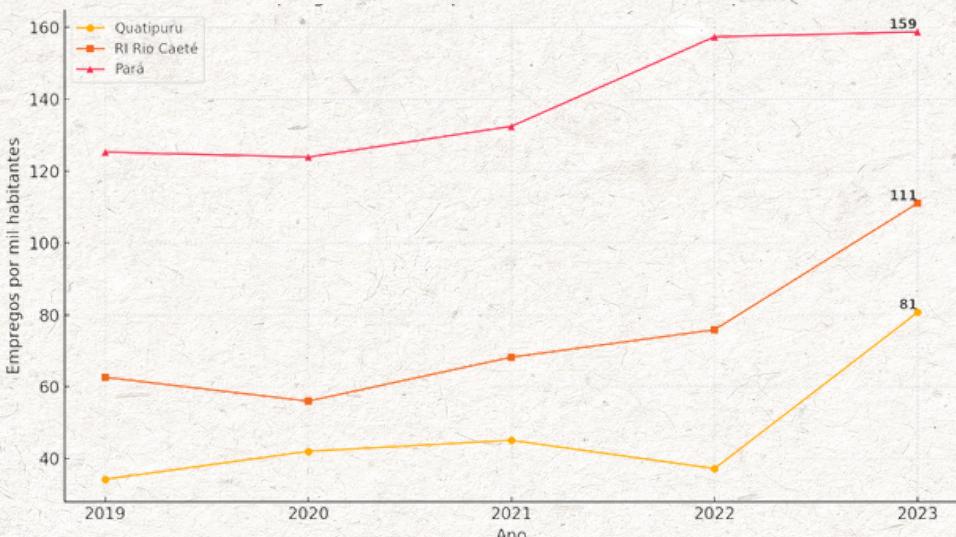


Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador também oscilou positivamente, iniciando com 63 empregos por mil habitantes em 2019, recuando para 56 em 2020, mas crescendo nos anos seguintes: 68 em 2021, 76 em 2022 e, finalmente, alcançando 111 em 2023. Já o estado do Pará manteve uma trajetória mais estável e elevada, com 126 em 2019, leve queda para 124 em 2020, seguida de aumento contínuo até 159 em 2023. Comparativamente, Quatipuru permanece abaixo das médias regional e estadual, mas seu salto em 2023 revela um esforço recente de inserção no mercado formal de trabalho, contribuindo para a redução da informalidade e para a ampliação dos direitos trabalhistas na esfera municipal (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Quatipuru x RI
Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Entre 2018 e 2022, o município de Quatipuru apresentou crescimento constante no PIB per capita. Em 2018, o valor era de R\$ 7.215, passando para R\$ 7.318 em 2019 e, posteriormente, para R\$ 8.037 em 2020. Em 2021, o indicador aumentou para R\$ 8.774 e atingiu R\$ 10.958 em 2022, o que representa um crescimento acumulado de aproximadamente 52% no período. Apesar do avanço, o município permanece com um PIB per capita inferior aos níveis regional e estadual, refletindo ainda uma

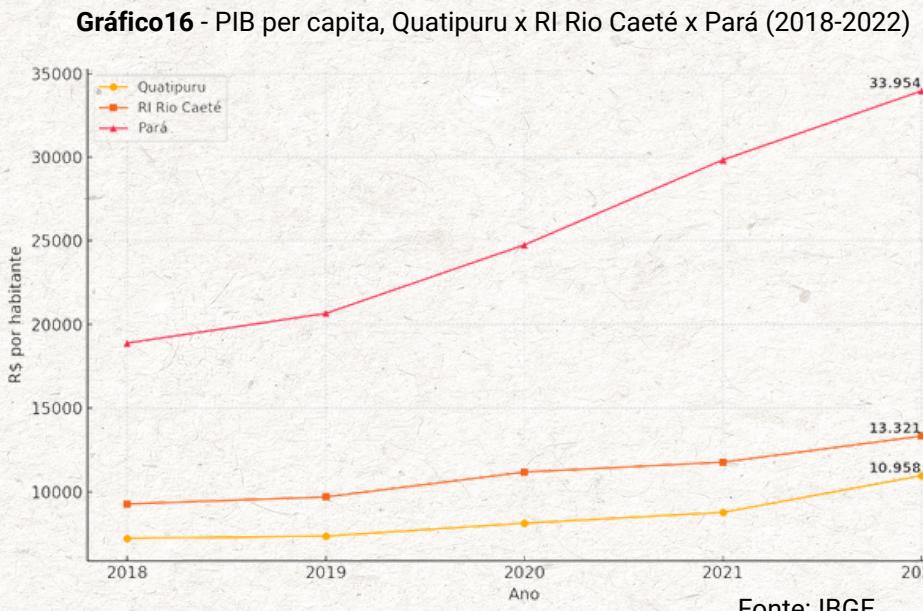
base econômica modesta e dependente de setores de menor valor agregado (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita também cresceu: de R\$ 9.294 em 2018 para R\$ 13.321 em 2022, evidenciando um ritmo de expansão mais expressivo que o de Quatipuru. Já o estado do Pará destacou-se com crescimento ainda mais vigoroso, saltando de R\$ 18.862 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022 um aumento superior a 79%. Essa evolução estadual está





diretamente associada à intensificação da atividade extractiva mineral e industrial de grande escala. O contraste entre os três níveis territoriais mostra a forte desigualdade econômica interna no estado e o desafio de integrar municípios como Quatipuru a cadeias de produção de maior valor (Gráfico 16).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.958/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Quatipuru, a participação do valor adicionado da indústria no PIB permaneceu praticamente estagnada e muito reduzida ao longo do período analisado. O indicador passou de 2,9% em 2018 para 2,6% em 2019, mantendo-se em 2,5% em 2020 e 2021, e encerrando 2022 com apenas 2,4%. Esses números indicam que a indústria local tem participação marginal na economia do município, o que sugere uma forte dependência de atividades primárias ou do setor de serviços, limitando o dinamismo econômico e a diversificação produtiva (Gráfico 17).

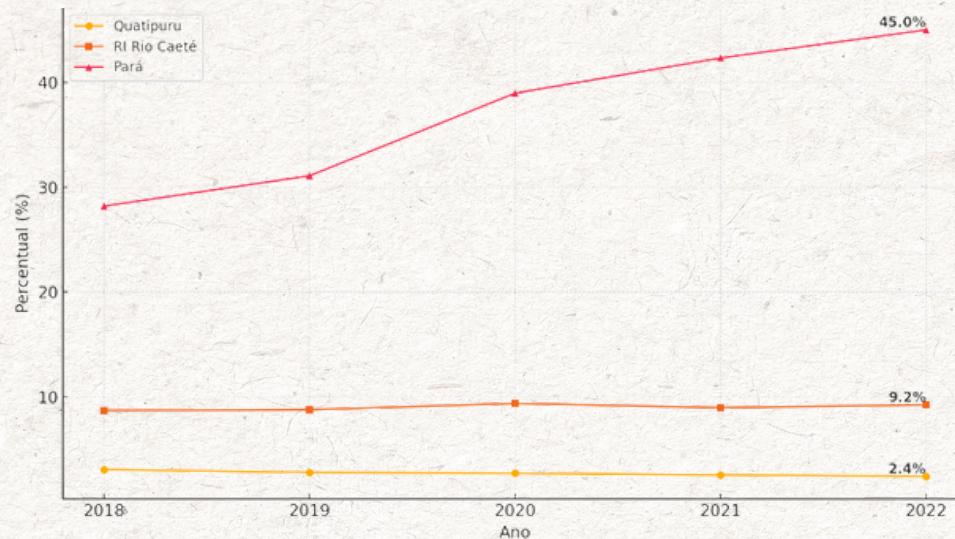
Na Região de Integração Rio Caeté, o setor

industrial teve contribuição mais significativa, partindo de 8,8% em 2018 para 9,2% em 2022, com leve oscilação entre os anos. Já no estado do Pará, a indústria se destacou como principal componente do PIB, com participação crescente: de 28,5% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse avanço estadual reflete o peso da indústria extrativa e de transformação, especialmente nos grandes polos mineradores. A discrepância entre o município e o estado revela o desafio de interiorizar o desenvolvimento industrial, essencial para fortalecer economias locais como a de Quatipuru e gerar empregos de maior qualificação e renda (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Quatipuru apresentou um crescimento relevante, embora com oscilações. O município iniciou o período com 2,5 profissionais em 2019 e mais que dobrou esse número no ano seguinte, alcançando 4,9 em 2020 e mantendo esse patamar em 2021. Em 2022, houve uma queda para 2,5, mas o indicador se recuperou de for-



ma expressiva em 2023, atingindo 9,0 profissionais por 100 mil habitantes o maior valor da série. Esse avanço pode refletir ações recentes de incentivo à formação ou atração de profissionais qualificados na área científica (Gráfico 18).

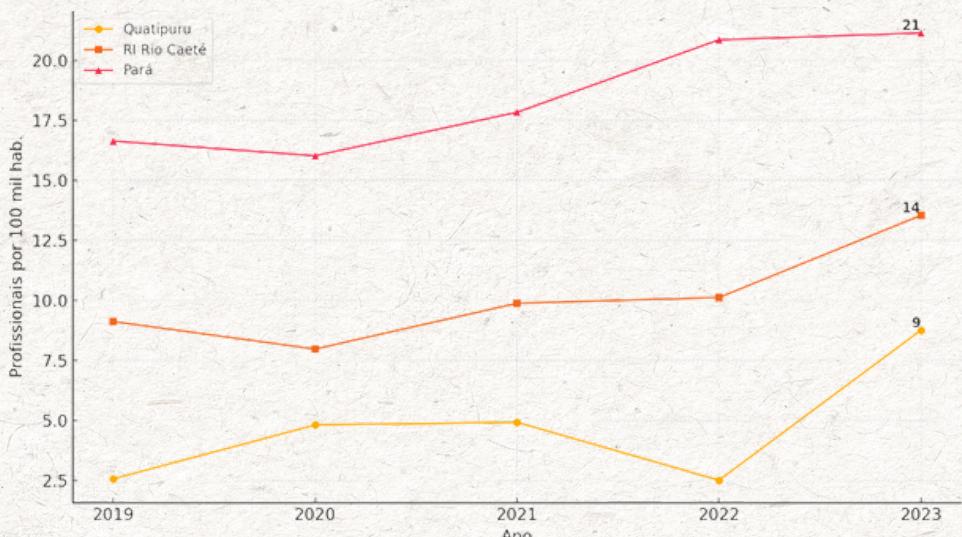
Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador cresceu de forma mais estável, partindo

de 9,2 em 2019, caindo levemente para 8,0 em 2020, e depois aumentando gradativamente até alcançar 14,0 em 2023. Já no estado do Pará, a evolução foi mais consistente e em patamar mais elevado, iniciando em 16,8 em 2019 e chegando a 21,0 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esses dados evidenciam que, apesar da melhoria recente em Quatipuru, o município ainda possui uma densidade significativamente menor de profissionais da ciência em comparação com os níveis regional e estadual, o que sinaliza a necessidade de políticas públicas contínuas de interiorização da ciência, tecnologia e inovação (Gráfico 18).





**Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes,
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab., Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





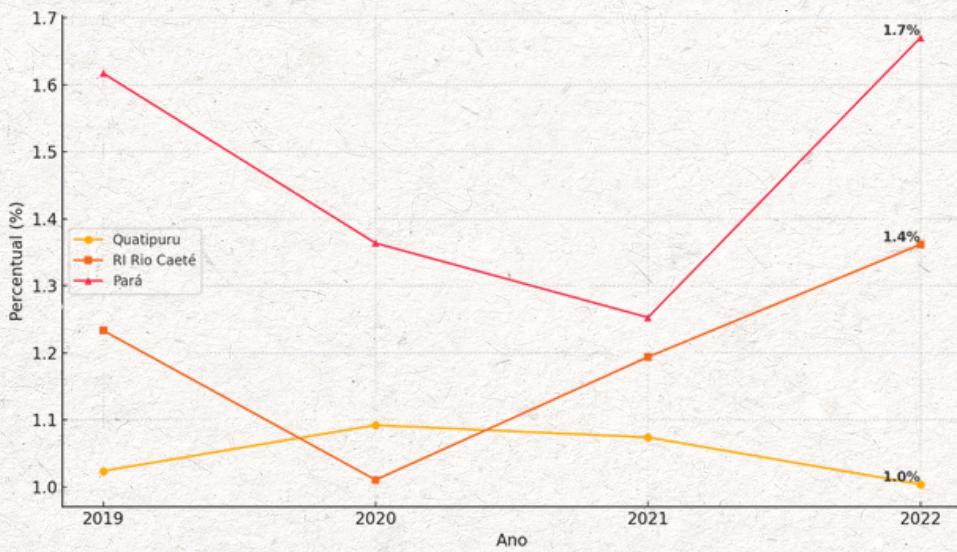
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Quatipuru apresentou relativa estabilidade, ainda que com pequena variação. O indicador iniciou em 1,02% em 2019, elevando-se para 1,09% em 2020, mantendo-se próximo desse patamar em 2021, com 1,07%, e encerrando 2022 com uma leve redução para 1,00%. Essa estabilidade indica que, apesar de oscilações na geração de empregos ou na remuneração média, a participação da massa salarial formal no PIB municipal permaneceu constante, sugerindo um mercado de trabalho formal de tamanho reduzido e com baixa influência sobre a economia local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Caeté, o com-

portamento foi mais dinâmico. A massa salarial representava 1,23% do PIB em 2019, caiu para 1,01% em 2020, mas cresceu de forma contínua nos anos seguintes: 1,19% em 2021 e 1,37% em 2022. No estado do Pará, o indicador iniciou com 1,62% em 2019, recuou até 1,25% em 2021 e apresentou um avanço expressivo em 2022, atingindo 1,70%. Esse crescimento recente tanto na RI quanto no estado demonstra uma valorização relativa do trabalho formal frente à expansão do PIB, enquanto em Quatipuru esse efeito não se verificou — o que pode indicar descompasso entre crescimento econômico e distribuição de renda via mercado de trabalho formal no município (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

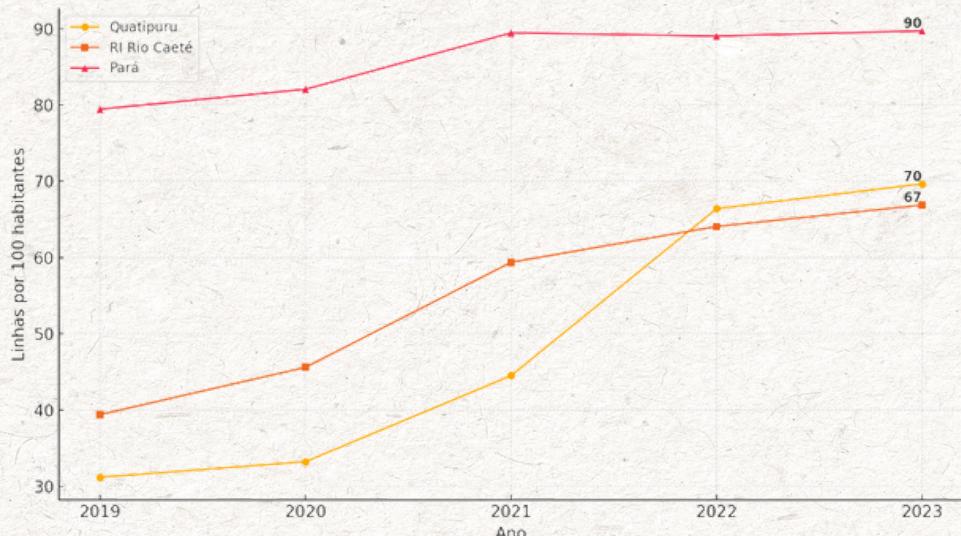
No município de Quatipuru, o acesso à telefonia móvel apresentou expansão contínua entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 31 linhas por 100 habitantes, número que cresceu lentamente em 2020 (33), acelerando de forma mais significativa nos anos seguintes: 45 em 2021, 66 em 2022 e 70 em 2023. Esse avanço indica uma ampliação expressiva da conectividade móvel no município, o que pode estar associado ao maior acesso a dispositivos móveis e à expansão da cobertura de rede na região (Gráfico 20).

Na Região de Integração Rio Caeté, a evolução também foi positiva, saindo de 39 linhas por 100 habitantes em 2019 para 67 em 2023, superando Quatipuru nos anos iniciais, mas sendo ultrapassada por este em 2022 e 2023. Já no estado do Pará, os níveis de acesso à telefonia móvel foram significativamente mais elevados durante todo o período, partindo de 79 em 2019 e atingindo 90 linhas por 100 habitantes em 2023. Isso evidencia que, embora Quatipuru tenha melhorado seu desempenho, ainda há espaço para avançar até alcançar a média estadual, especialmente no que diz respeito à equidade de acesso entre os municípios (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

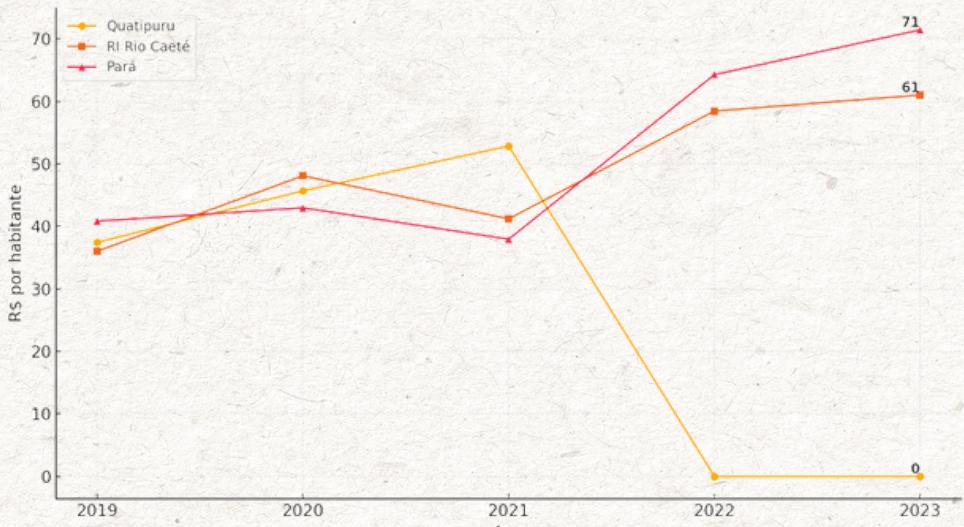
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Quatipuru apresentou um comportamento instável nas despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental. Em 2019, o município investiu R\$ 37 por habitante, subindo para R\$ 46 em 2020 e alcançando o pico de R\$ 53 em 2021. A partir de 2022, porém, houve uma interrupção total desse tipo de gasto, com os valores registrados em 2022 e 2023 sendo R\$ 0. Essa queda abrupta pode estar relacionada a reorientações orçamentárias, descontinuidade de políticas públicas na área ou limitações fiscais, o que pode ter impactado negativamente o acesso a atividades culturais e ações ambientais locais (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, as despesas oscilaram positivamente, partindo de R\$ 36 em 2019 e atingindo R\$ 61 por habitante em 2023, com destaque para os aumentos após 2021. Já o estado do Pará manteve uma trajetória crescente: de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com um salto notável entre 2021 (R\$ 38) e 2022 (R\$ 65). Essa comparação revela que, enquanto os níveis regional e estadual têm priorizado gradualmente investimentos nessas áreas, Quatipuru seguiu na direção oposta nos últimos dois anos, o que pode comprometer tanto a preservação ambiental quanto o desenvolvimento sociocultural da população local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



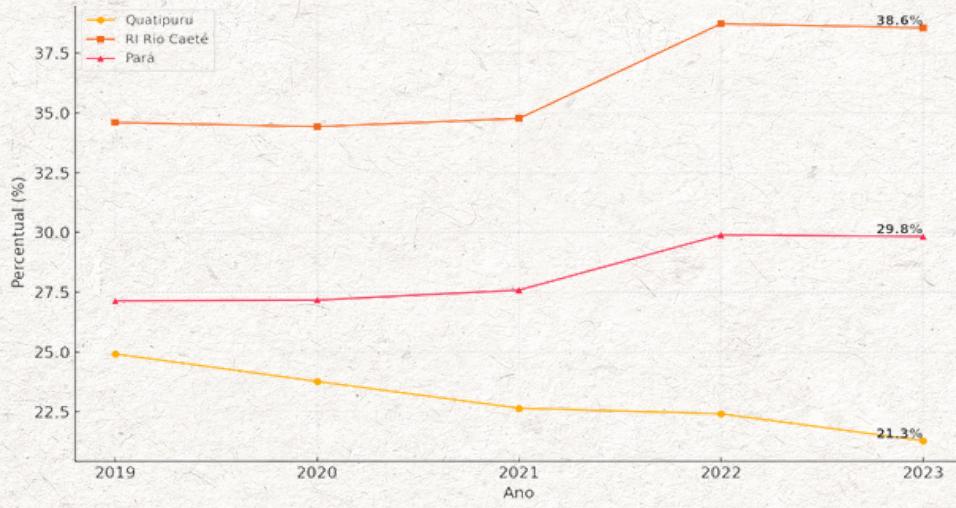


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Quatipuru, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem a práticas inadequadas de destinação do lixo, como queimar ou enterrar resíduos, apresentou queda gradual entre 2019 e 2023. O índice era de 25,0% em 2019 e caiu para 23,8% em 2020, 22,7% em 2021, 22,4% em 2022 e, finalmente, 21,3% em 2023. Essa redução contínua sugere algum avanço na oferta de serviços de coleta domiciliar ou maior conscientização ambiental, ainda que o percentual permaneça elevado para padrões sustentáveis e evidencie vulnerabilidade sanitária (Gráfico 22).

Na Região de Integração Rio Caeté, por outro lado, o comportamento foi de crescimento. Em 2019, o percentual era de 34,6%, subindo levemente para 34,4% em 2020, 34,8% em 2021, e alcançando 38,8% em 2022 e 38,6% em 2023. Já o estado do Pará também apresentou alta, passando de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Comparativamente, Quatipuru demonstra desempenho melhor que os recortes mais amplos, com tendência de redução oposta à média estadual e regional, sinalizando alguma efetividade de intervenções locais no manejo de resíduos sólidos em comunidades de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



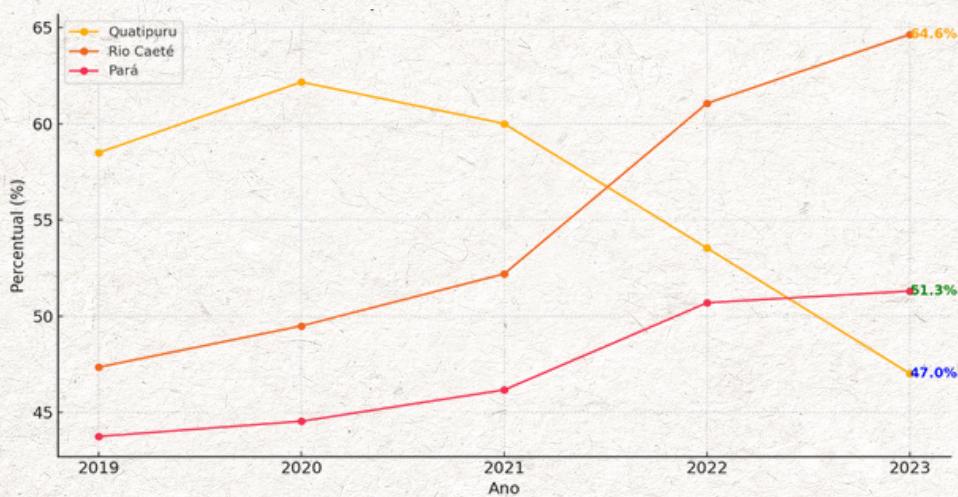
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Quatipuru apresentou uma trajetória oscilante, porém com tendência de queda no percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar. Em 2019, o valor era de 58,5%, subindo para 62,3% em 2020, mantendo-se elevado em 2021 (60,1%), mas caindo para 53,2% em 2022 e, finalmente, atingindo 47,0% em 2023. Essa redução é significativa e aponta avanços no acesso a soluções sanitárias menos precárias, possivelmente impulsionados por investimentos pontuais em saneamento ou políticas habitacionais mais inclusivas (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, o indicador seguiu tendên-

cia oposta, subindo de 47,3% em 2019 para 64,6% em 2023, com crescimento contínuo ao longo do período. Já no estado do Pará, o percentual também aumentou: de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Esses dados mostram que, enquanto a média regional e estadual caminha para um agravamento na precariedade do esgotamento sanitário entre os mais pobres, Quatipuru conseguiu reduzir essa condição adversa, destacando-se como exceção positiva que pode servir de referência para outros municípios com desafios semelhantes (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



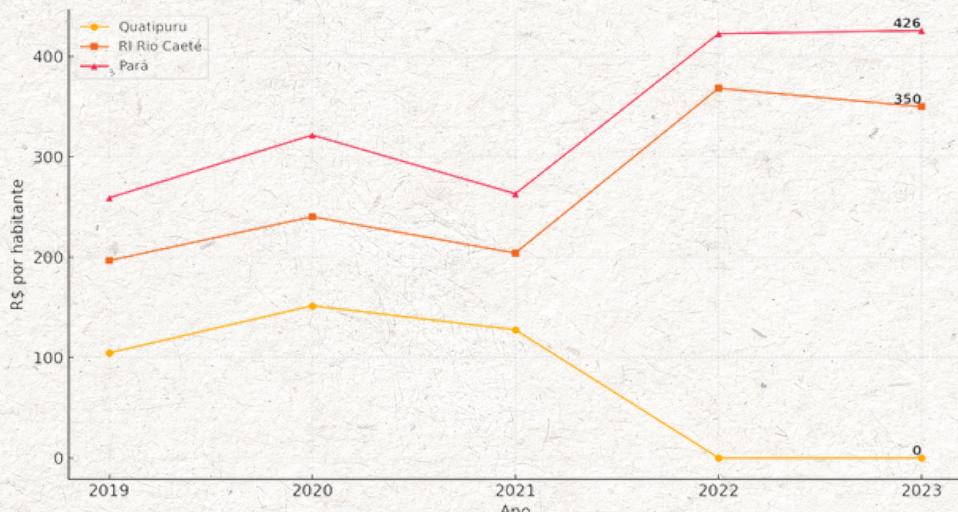
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Quatipuru, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram uma trajetória de queda acentuada ao final do período analisado. Em 2019, o município investiu R\$ 105 por habitante, valor que cresceu para R\$ 154 em 2020, mas voltou a cair para R\$ 129 em 2021. A partir de 2022, os investimentos cessaram completamente, registrando R\$ 0 em 2022 e 2023. Essa descontinuidade pode indicar tanto limitações orçamentárias quanto mudanças de prioridade na alocação de recursos municipais, o que é preocupante diante dos riscos crescentes associados às mudanças climáticas e à necessidade de ações preventivas estruturadas (Gráfico 24).



Na Região de Integração Rio Caeté, os investimentos foram mais consistentes. O gasto partiu de R\$ 196 em 2019 e aumentou para R\$ 240 em 2020, caindo levemente em 2021 (R\$ 203), mas saltando para R\$ 370 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 350 por habitante. No estado do Pará, o padrão foi semelhante, iniciando em R\$ 260 e alcançando R\$ 426 em 2023. Em comparação, Quatipuru se distanciou negativamente das médias regional e estadual, deixando de investir completamente em 2 anos consecutivos, o que pode comprometer a capacidade local de resposta a desastres naturais e ambientais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab.. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Quatipuru manteve valores nulos de despesa per capita com preservação aquática de 2019 a 2022, mas em 2023 registrou um aumento significativo, alcançando R\$ 153 por habitante. Esse salto pode indicar a execução de algum projeto pontual ou a implementação de uma nova política ambiental voltada à proteção de recursos hídricos, especialmente relevante para municípios inseridos em contextos ecológicos sensíveis, como regiões costeiras ou ribeirinhas. Apesar do avanço em 2023, o histórico de inatividade anterior revela fragilidade institucional no enfrentamento de temas ambientais contínuos (Gráfico 25).

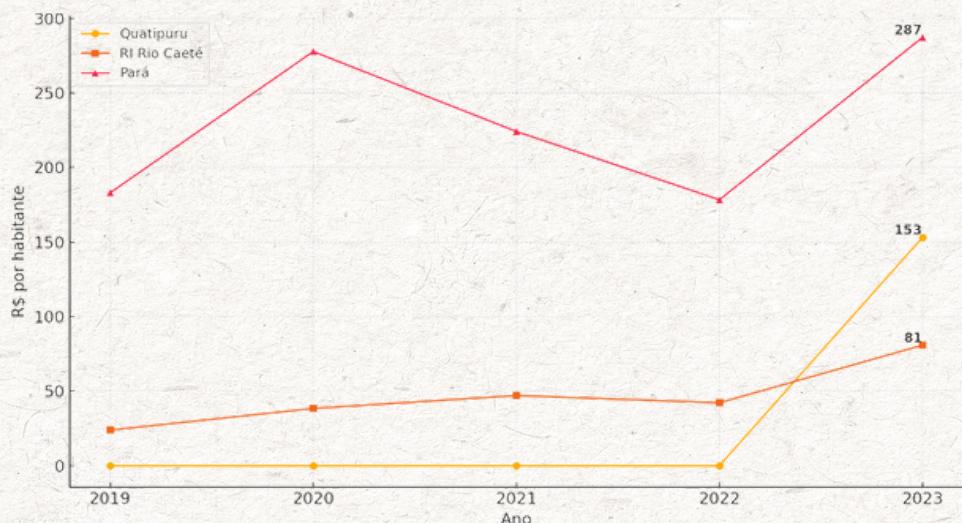
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Na RI Rio Caeté, os investimentos foram mais regulares, crescendo de R\$ 25 em 2019 para R\$ 46 em 2021, com leve recuo para R\$ 43 em 2022, e aumento expressivo para R\$ 81 em 2023. No estado do Pará, os valores foram mais elevados e voláteis: R\$ 184 em 2019, atingindo R\$ 277 em 2020, caindo para R\$ 177 em 2022 e fechando 2023 com R\$ 287 por habitante. A evolução estadual mostra priorização contínua da pauta aquática, enquanto Quatipuru, apesar do avanço recente, ainda precisa consolidar uma política de preservação mais estável e duradoura (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 153/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



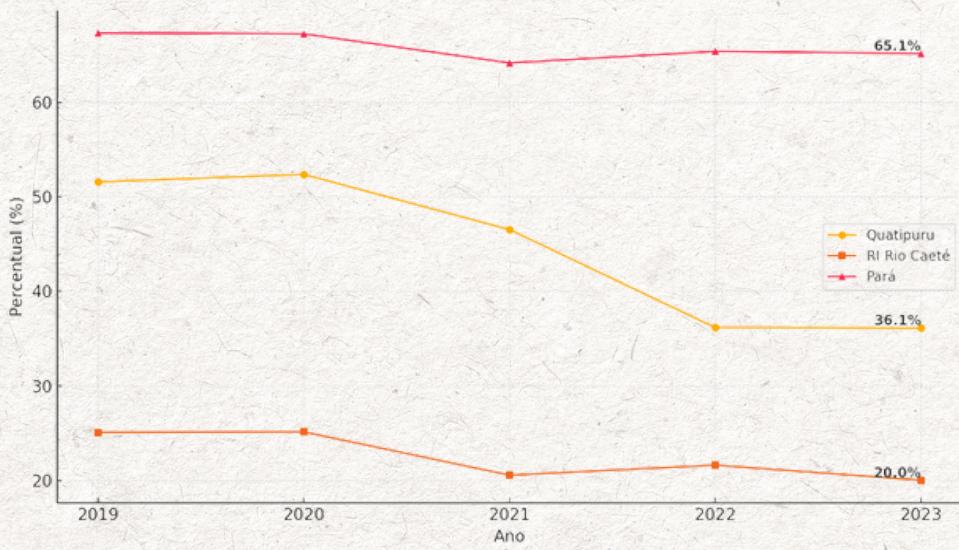
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Quatipuru, o percentual da área de floresta em relação à área total sofreu uma redução expressiva ao longo do período. Em 2019, o município possuía 51,7% de cobertura florestal, índice que subiu levemente para 52,5% em 2020. No entanto, a partir de 2021, iniciou-se um declínio acen-tuado: 46,5% em 2021, 36,3% em 2022 e 36,1% em 2023. Essa queda de mais de 16 pontos percentuais em quatro anos evidencia uma intensa perda de vegetação nativa, o que pode estar associado ao avanço de atividades econô-micas não sustentáveis ou à ausência de ações efetivas de conservação ambiental no ter-ritório municipal (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio Caeté, os percentuais foram inferiores ao de Quatipuru e também apresentaram retracção: 25,1% em 2019 e 2020, 20,6% em 2021, com pequena oscilação para 21,7% em 2022 e nova queda para 20,0% em 2023. Já no estado do Pará, a cobertura florestal manteve-se relativamente estável e alta, com valores entre 66,7% em 2019 e 65,1% em 2023. Isso mostra que, enquanto o es-tado como um todo preserva boa parte de sua vegetação nativa, áreas como Quatipuru e sua região imediata vêm en-frentando perdas florestais mais intensas, o que compro-mete os serviços ecossistê-micos e o equilíbrio ambiental local (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanha-mento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no munici-pípio é de 36,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

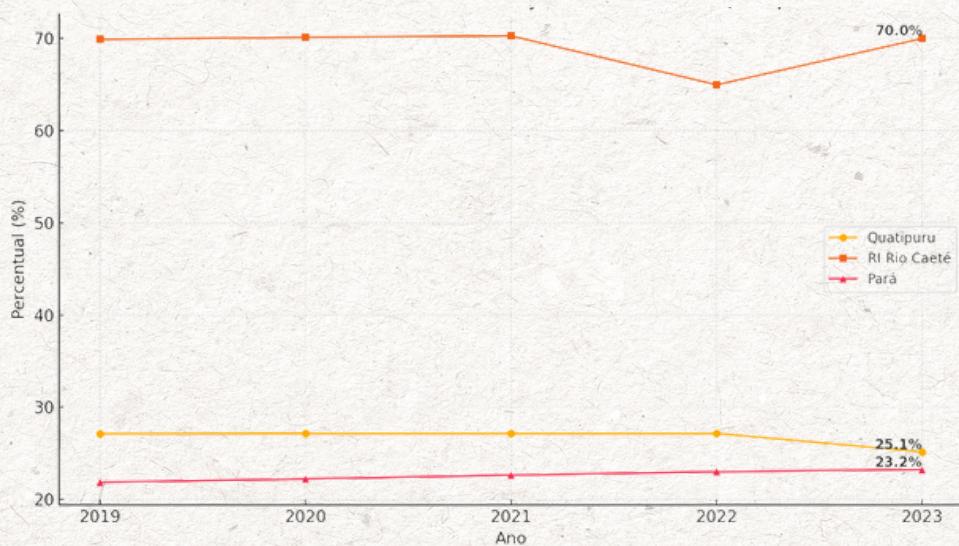
Em Quatipuru, o percentual da área desmatada manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2021, com valores em torno de 27,1%. A partir de 2022, observou-se uma ligeira melhora, com queda para 26,7 %, e em 2023, uma redução mais expressiva para 25,1%. Ainda que esses valores representem uma parcela significativa do território municipal, o recuo recente indica possível contenção da pressão antrópica sobre o solo, talvez associada a iniciativas de controle.

Na Região de Integração Rio Caeté, o desmatamento se manteve alto e estável: 69,8%

em 2019, 70% de 2020 a 2021, queda para 65,4% em 2022 e retorno ao patamar anterior (70,0%) em 2023. Já no Pará, os valores oscilaram levemente de 21,2% em 2019 para 23,2% em 2023. Isso reforça que, apesar das perdas florestais observadas em Quatipuru, o município ainda preserva mais que sua região de integração, que possui o cenário mais crítico. Por outro lado, o estado como um todo permanece com um percentual de área desmatada relativamente estável e menor, revelando desigualdade espacial no uso e ocupação do solo (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: PRODES e IBGE.



ODS16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Quatipuru apresentou uma expressiva queda na taxa de trabalho infantil por 100 mil habitantes. Em 2019, o indicador era de aproximadamente 385 casos e caiu para 13 em 2023. Esse recuo corresponde a uma redução absoluta de 372 casos por 100 mil habitantes, o que representa uma queda de 96,6%. A queda foi constante ao longo dos anos, com os valores em 2020, 2021 e 2022 ficando em torno de 293, 173 e 69, respectivamente. Trata-se de uma melhoria significativa, indicando ações locais efetivas ou mudanças socioeconômicas que impactaram o trabalho infantil no município (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Rio Caeté, a tendência também foi de redução, mas de forma menos acentuada. O indicador caiu de 50 casos por 100 mil habitantes em 2019 para cerca de 14 em 2023, o que equivale a uma redução de 72%. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória semelhante à da RI, partindo de 40 casos por 100 mil habitantes em 2019 e alcançando o mesmo patamar de 14 em 2023, com redução de 65%. Apesar de Quatipuru ter começado com uma taxa muito superior à média regional e estadual, ao final do período ela se igualou a essas referências. Isso demonstra convergência positiva no combate ao trabalho infantil no município (Gráfico 28).

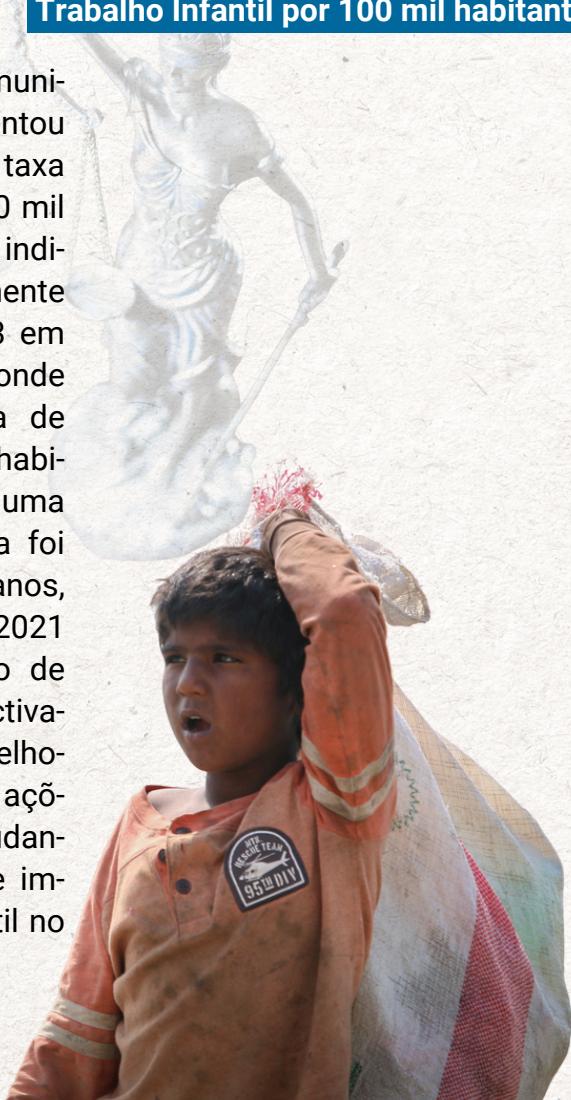
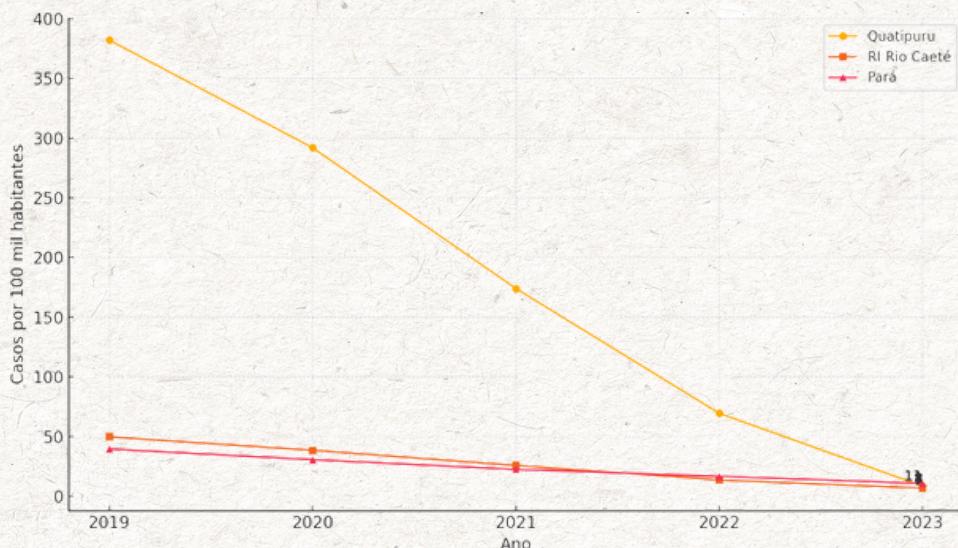




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

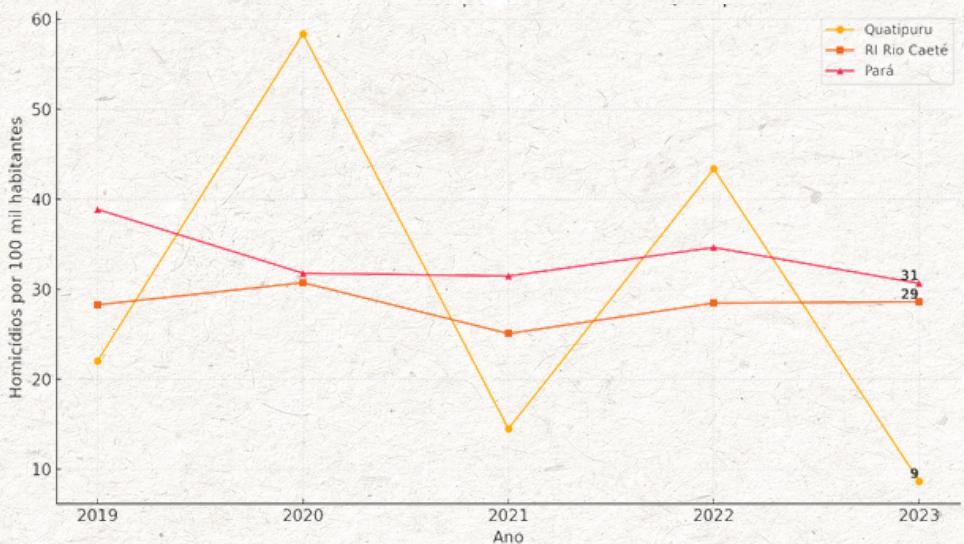
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Quatipuru apresentou grande volatilidade entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 22 homicídios por 100 mil habitantes. Esse número disparou para 59 em 2020, caiu bruscamente para 15 em 2021, voltou a subir para 43 em 2022 e despencou para 9 em 2023. Essa variação acentuada indica instabilidade na segurança pública local e possíveis episódios pontuais de violência letal, seguidos por períodos de controle. A queda para um dígito em 2023 é um resultado significativo, embora sua sustentabilidade dependa de ações estruturantes de prevenção e repressão (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, os números foram mais consistentes, oscilando de 28 em 2019 para 32 em 2020, caindo para 25 em 2021, subindo para 29 em 2022 e mantendo-se em 29 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 39 em 2019, caindo gradualmente até 31 em 2023. Comparativamente, embora Quatipuru tenha encerrado o período com a menor taxa de homicídios entre os três recortes, os dados revelam uma trajetória marcada por altos e baixos, diferente da tendência mais estável e descendente observada em âmbito estadual. Isso sugere a necessidade de análise mais detalhada das causas locais da violência para garantir que os avanços recentes sejam mantidos (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes,
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



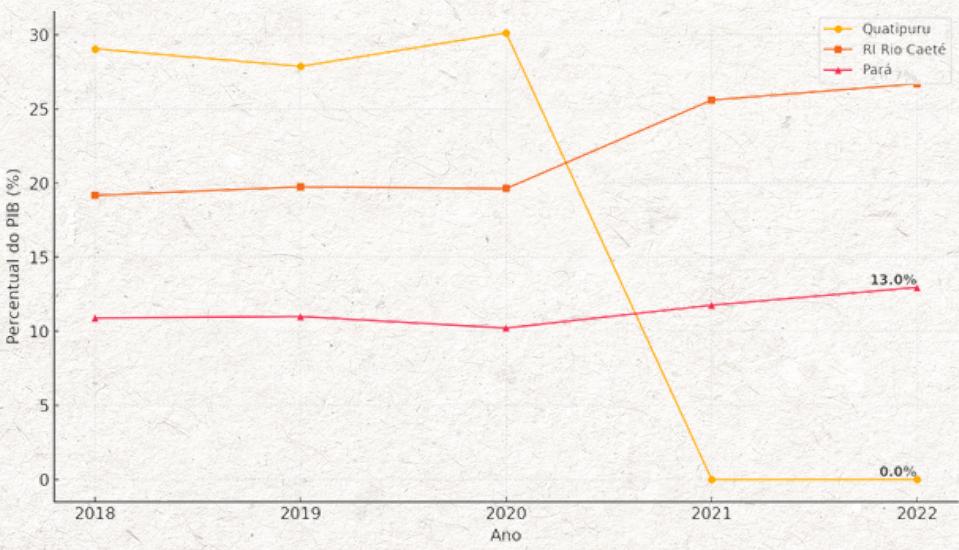


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o município de Quatipuru manteve um elevado nível de gasto público municipal em relação ao seu PIB, com percentuais de 29,0% em 2018, 27,8% em 2019 e um pico de 30,1% em 2020. Esse padrão indica forte presença do setor público na economia local, sugerindo dependência de transferências públicas ou de serviços públicos como motor da atividade econômica municipal. No entanto, a partir de 2021, o indicador colapsou para 0,0%, mantendo-se assim também em 2022. Essa queda abrupta sugere possível inconsistência nos dados, descontinuidade nos registros ou reformulação da metodologia, visto que não se trata de um comportamento compatível com a operação mínima de um ente federativo (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi mais estável e crescente: partiu de 19,1% em 2018 e chegou a 26,7% em 2022, com destaque para o salto entre 2020 (19,6%) e 2021 (25,5%). Já no estado do Pará, os percentuais oscilaram dentro de uma faixa inferior, entre 10,6% em 2018 e 13,0% em 2022. Comparativamente, Quatipuru apresentava proporção de gasto público superior até 2020, mas ficou zerado nos dois anos seguintes, enquanto os demais recortes mantiveram ou aumentaram seus níveis. Isso aponta um afastamento da média regional e estadual que deve ser investigado, pois pode comprometer análises de planejamento e avaliação da presença estatal no território municipal (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

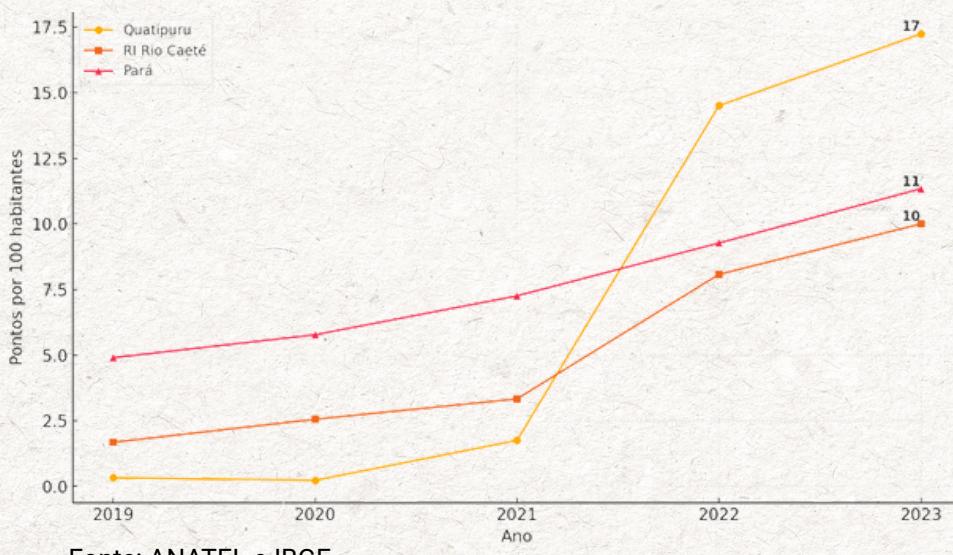


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Quatipuru apresentou um crescimento expressivo no acesso à banda larga fixa. Em 2019, a taxa era de apenas 0,3 pontos por 100 habitantes, mantendo-se praticamente inalterada em 2020 com 0,2. A partir de 2021, o indicador começou a crescer de forma acelerada, subindo para 1,8 e saltando para 14,5 em 2022. Em 2023, o município atingiu 17 pontos por 100 habitantes, registrando o maior valor entre os três recortes territoriais analisados. Esse avanço representa um aumento de mais de 5.500% no período e reflete um processo de expansão significativa da infraestrutura de conectividade digital no território municipal (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, a evolução foi mais gradual: o indicador partiu de 1,7 em 2019, subiu para 2,6 em 2020, chegou a 3,3 em 2021, 8,1 em 2022 e alcançou 10 pontos por 100 habitantes em 2023. Já no estado do Pará, os valores foram consistentemente superiores aos da RI até 2022, iniciando em 5,0 em 2019 e avançando até 11 pontos em 2023. Comparativamente, Quatipuru, que tinha a menor taxa de acesso em 2019, ultrapassou os dois recortes superiores em 2022 e 2023, destacando-se como um exemplo de rápida ampliação do acesso à internet fixa, o que pode impactar positivamente a inclusão digital e o acesso a serviços de educação, saúde e informação (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

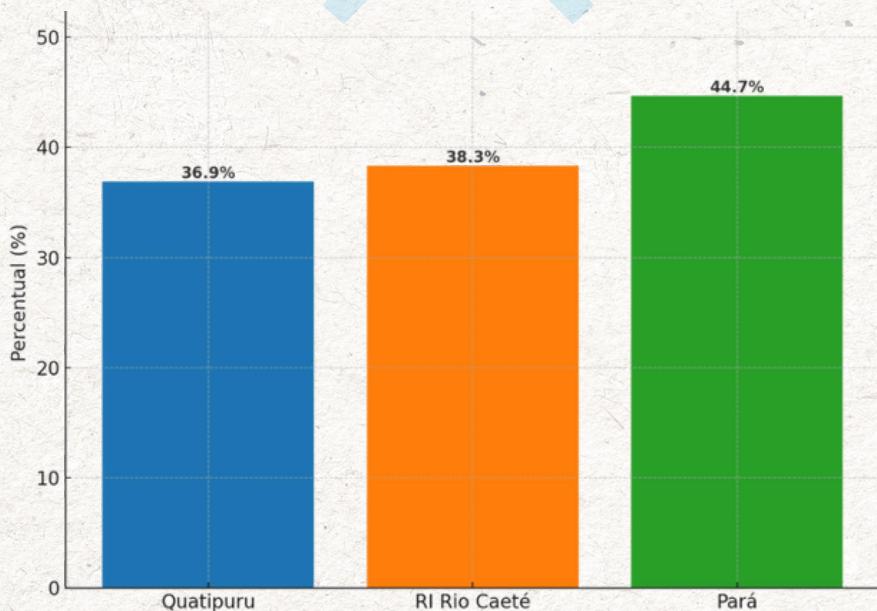
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab., Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Quatipuru** registrou um IDS de **36,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Quatipuru x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



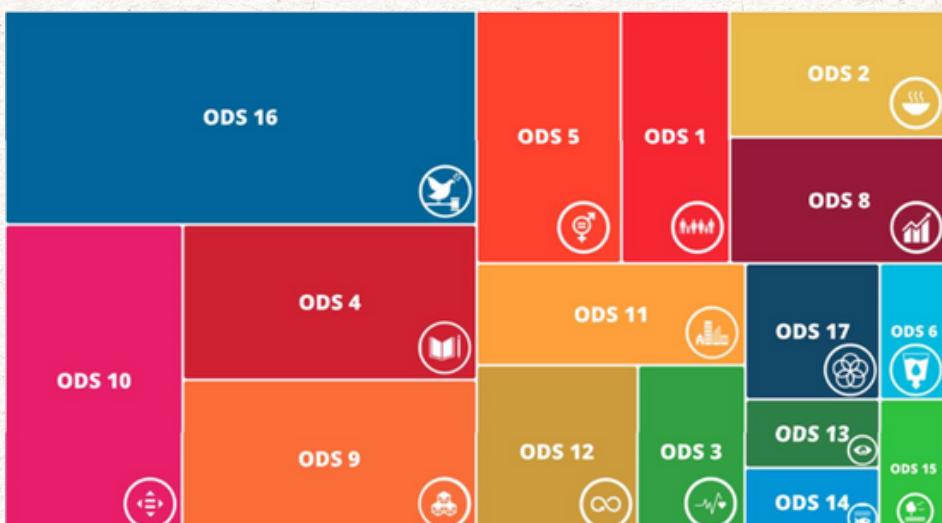
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Quatipuru na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Quatipuru e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

